


Arte e reciclagem na Educação Básica em São Paulo: Histórias de Professores e Professoras

Art and Recycling in Basic Education in São Paulo: Stories from Male and Female Teachers

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-017>

Alfredo Oscar Salum

Doutor em História Social (USP) atuou como professor no curso Educação em Direitos Humanos\UFABC e orientador de TCC em Gestão Pública\UNIFESP. Até se aposentar trabalhou em instituições particulares - PUC-SP, Uninove e UNIABC nos cursos de História e Pedagogia. Foi coordenador de curso e de grupos de pesquisa institucional. Pesquisador do NEHO\USP e GEINT. Autor de diversos artigos sobre Educação e História Contemporânea e dos livros: *Zé Carioca vai a Guerra* (Editora Pulsar); *Revolucionários ou tiranos* (Editora Todas as Musas) e *Corinthians e Palestra Itália: Futebol em terras Bandeirantes* (Editora Todas as Musas)
Email: aosalun@uol.com.br

RESUMO

Neste texto estamos refletindo sobre a relação de arte e reciclagem com a educação básica, visualizando a escola como espaço de conscientização social frente aos problemas ocasionados pela superprodução e a exploração excessiva dos recursos naturais.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem sua origem em três trabalhos apresentados em simpósios e publicados nos respectivos anais sobre as temáticas de educação, reciclagem e sustentabilidade. Inicialmente desenvolvemos um projeto coletivo em um grupo de pesquisa institucional na UNIABC em 2010 que culminou na elaboração do livro “Logística Reversa, Sustentabilidade e Educação”. Nesse período apresentei em encontros acadêmicos as pesquisas: “Artistas e catadores: experiência de trabalhadores com resíduos recicláveis” e “Educação e reciclagem: diálogos com a Educação Básica”, este último publicado na *Latin American Journal of Development* como artigo. Aproveitando a oportunidade dessa coletânea, optei por utilizar as entrevistas e entrelaçar as histórias de professores\professoras na Educação Básica em São Paulo com projetos de sustentabilidade e reciclagem.

Entrevistamos professores\professoras da rede pública paulista e apontamos como trabalhos com materiais recicláveis podem contribuir na promoção da cidadania.

Palavras-chave: Educação, arte, reciclagem e história oral.

ABSTRACT

In this article, we are reflecting on the relationship between art and recycling and basic education, viewing the school as a space for social awareness in the face of problems caused by overproduction and the excessive exploitation of natural resources. We interviewed public school teachers in São Paulo and pointed out how work with recyclable materials can contribute to the the promotion of citizenship.

Keywords: Education, art, recycling and oral history.

2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Desde que o homem se constituiu em sociedade utilizou sua capacidade de trabalho para modificar a natureza, entretanto, nas últimas décadas, o estágio da exploração tem aumentado vertiginosamente em função do desenvolvimento industrial e do consumismo. Isso significa que dentre os grandes problemas que atualmente assolam a humanidade, podemos citar a questão da fome, desigualdade social, desequilíbrio ambiental e a poluição em suas várias facetas.

Aos poucos a sociedade tem compreendido que a intervenção excessiva do ser humano no planeta, pode afetar de maneira irrecuperável a natureza e colocar em perigo a sobrevivência dos sistemas sociais. Apesar de China e EUA representarem modelos políticos distintos, suas práticas comerciais e produtivas são bem próximas, resultando nos maiores índices de crescimento econômico na história da humanidade. Infelizmente atendem muito mais aos interesses de grupos dirigentes e empresariais, preocupados com o aumento da produção e do lucro, do que as reais demandas do conjunto da sociedade.

Os defensores do capitalismo liberal afirmavam que o progresso e a harmonia seriam alcançados graças ao livre mercado que permitiria o crescimento da riqueza e sua melhor distribuição. Após a Segunda Guerra Mundial, Friedrich von Hayek, Milton Friedman e a denominada “Escola de Chicago” retomaram a defesa do liberalismo econômico e a visão do mercado como indutor de riquezas. Destacavam que o papel do Estado deveria se restringir a fiscalizar o sistema capitalista, estabelecendo condições para a competição e combatendo monopólios. Dessa forma, apostavam que com o crescimento econômico seria possível aliviar a extrema pobreza, na medida em que os trabalhadores estariam se beneficiando com o aumento da oferta de emprego e da estabilidade. (FRIEDMAN, 1982)

Entretanto esse modelo as vezes denominado como “neoliberal” nunca se mostrou efetivo na diminuição da desigualdade e pobreza, e chegamos ao século XXI com o aumento da concentração de renda e do fosso social. Utilizando os dados disponibilizados pelas principais organizações mundiais, Carlos Gonçalves (2012) apontou que os 20% dos habitantes mais ricos do planeta consumiam cerca de 85% da matéria prima e energia produzidas anualmente. Na lista publicada pela Forbes e outras revistas comerciais em 2016 sobre os dois mil indivíduos mais ricos do mundo, chegava-se a conclusão de que possuíam mais riqueza em conjunto do que os setenta por cento mais pobres da humanidade.¹

A concentração de riqueza é um fenômeno mundial, usando como exemplo os EUA e China, que em conjunto dominam mais de 40% do comércio mundial, também são os países que possuem o maior número de bilionários. E com a pandemia do Covid19 os bilionários ao redor do mundo aumentaram suas fortunas e as camadas mais pobres viram piorar sua condição de vida. Em 2021 os dados apontam que 38% da população brasileira está abaixo da linha da pobreza, em um movimento inverso ao que ocorreu em governos de centro-esquerda, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) destacou os projetos sociais

¹ <https://forbes.com.br/listas/2016/03/70-maiores-bilionarios-do-mundo-em-2016/>. Acesso em 02.12.2018

que retiraram o país do “mapa da fome”.²

A desigualdade social não é uma novidade na história da humanidade, a ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relatório conjunto produzido em 2004 já destacava que a crescente diferenciação entre indivíduos, também se aplicava entre países ricos e pobres. É visível que está ocorrendo uma superconcentração de riqueza como alertou Thomas Piketty (2014), isso significa que os setores remediados, classe média e principalmente os mais vulneráveis tem assumido os custos relativos a essa situação. Ele recomenda a adoção do “imposto progressivo sobre renda”, “imposto sobre grandes fortunas” e um “Estado social para o século XXI”.

Não é coincidência que o atual presidente dos Estados Unidos Joe Biden em seu discurso de posse em 2021, anunciou a necessidade de medidas para amenizar a desigualdade social no país e melhorar as condições de vida das camadas sociais mais vulneráveis. Idêntica preocupação foi expressada pelo líder chinês Xi Jinping ao ser reeleito pela terceira vez presidente em 2022, quando reconheceu que mesmo extirpando a miséria em 2019 tem enfrentado uma crescente desigualdade social no país. No mesmo sentido, o presidente recém eleito no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva indica em seu discurso de transição em dezembro de 2022 que a responsabilidade social deve ser o grande mote de seu governo para combater a miséria e a fome.

Sabemos que o paulatino aumento da riqueza produzida no mundo, não acarretou o enriquecimento geral da população. E, mesmo que milhares de pessoas se encontrem abaixo da linha de pobreza e alijada do consumo, o desequilíbrio social também tem imbricações ambientais:

A sociedade capitalista urbano-industrial e seu modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico tem causado crescente impacto sobre o ambiente e a percepção desse fenômeno vem ocorrendo de maneiras diferentes por ricos e pobres...a população de baixa renda tem vivido diretamente os impactos de problemas ambientais e tal fato acaba por aumentar suas dificuldades cotidianas, expressa pela falta de água, espaços habitacionais seguros, alimentação etc.... (PHILIPPI JR e PELICIONI, 2005, p.7)

Diversas entidades públicas, organizações sociais e intelectuais passaram a denunciar o esgotamento dos recursos naturais, o problema do lixo e do consumo excessivo. Nas últimas décadas temas como meio ambiente e sustentabilidade foram inseridas nos conteúdos curriculares na educação básica, cujo objetivo é estimular uma relação mais saudável entre o homem e a natureza.

Na década de 1970 os temas ambientalistas foram abordados em vários seminários e congressos quando se iniciou de forma mais sistemática o estudo e a incorporação das variáveis ambientais nas tomadas de decisão governamental. Ao longo das décadas seguintes se realizaram negociações internacionais sobre o clima, que culminaram com protocolos, nem sempre respeitados que propôs a adoção de medidas de controle e sanções em relação a emissão de gases de efeito estufa (GES).

² <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em 12.09.2021

De acordo com Cardoso (2006) existe uma conexão entre poluição ambiental, alterações climáticas e desastres naturais que assolam o planeta, já que o aquecimento global estaria sendo causado pela ação humana. Segundo o relatório Key GHG Data publicado em novembro de 2005 na Convenção das Nações Unidas sobre o efeito estufa, os principais países poluentes eram justamente os mais ricos do globo como EUA e China, seguidos de perto nessa classificação desabonadora pela Rússia e Índia. Evidentemente, com retrocessos e avanços, esses países tem discutido medidas para constituírem um mundo “mais saudável e sustentável” nos últimos anos³.

Na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) ocorreu importante passo para solidificar a luta por um mundo sustentável, o Acordo de Paris em 2015 durante a Conferência das Partes (COP21) que é um tratado global cujos signatários acenavam com a redução de emissão do dióxido de carbono a partir de 2020. Dentre as metas consta que os países desenvolvidos devem ofertar suporte financeiro e tecnológico aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento para fomentação de ações para preservação ambiental, combate ao desmatamento e criação de economia sustentável.⁴

Em relação aos pontos abordados no Acordo de Paris destacamos que os governos devem reconhecer que a mudança climática é uma realidade e que as partes signatárias tomem medidas para combater tais mudanças, assim como respeitar e promover os direitos humanos, direito a saúde, direito dos povos indígenas, crianças, pessoas em situação vulnerável, igualdade de gênero etc.⁵

Historicamente a oposição ao ideário consumista pode ser percebida já nos anos 1960 em manifestações realizadas por estudantes e ativistas sociais, que trouxeram para o grande público um debate importante, e que dentro de alguns limites, hoje faz parte da agenda do século XXI. E, mesmo que a maioria dos responsáveis pelos setores produtivos não estejam imbuídos de uma preocupação social ou ambiental, verificamos que vários empresários demonstram outro perfil, buscando atender as exigências dos consumidores engajados na defesa social e ambiental.

Assim, temos por exemplo o Pacto Global desenvolvido por agências das Nações Unidas que objetiva mobilizar a comunidade empresarial para adotar em suas práticas, valores internacionalmente aceitos em relação ao meio ambiente, combate a corrupção, respeito aos direitos humanos e dos trabalhadores. No Brasil, iniciativas como o “selo verde” ou ecos-selos” de acordo com Sebrae, auxiliam os consumidores na decisão de suas compras ao certificar as empresas que possuam preocupações sustentáveis.⁶

Apesar do crescente debate mundial que estava em voga na década de 1960, no Brasil ocorreu o inverso segundo Andrea Pelicioni (2005), pois a discussão foi prejudicada pela ditadura de 1964 que

³ <https://www.dw.com/pt-br/eua-e-china-prometem-cooperar-pelo-clima/a-57244352>. Acesso em 03.08.2021

⁴ https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf
Acesso em 02.12.2021

⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191> Acesso em 12.06.2022

⁶ <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/sites/Sustentabilidade/Para%20%80%93sua%20%80%93Empresa/Nucleo-Inteligencia/certificacoes-verdes,cc243a3a410ef510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 03.08.2021

desmobilizou as ações de cidadania. Somente no final dos anos de 1970 o assunto ganhou destaque, fato que levou a criação de instrumentos para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em 1981 foi criada a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e no ano seguinte instituiu-se o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que tem por objetivo assessorar diretrizes e políticas ambientais e deliberar sobre normas e padrões para a manutenção de um ambiente equilibrado.

Foram criados outros instrumentos legais no sentido de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente e o Poder Público tem como obrigações: cuidar do patrimônio genético, preservar e restaurar os processos ecológicos, definir áreas para proteção ambiental, controlar a produção e a comercialização de produtos que importem riscos à saúde, promover a educação ambiental, proteger a fauna e a flora e exigir o estudo de impacto ambiental para atividades potencialmente poluidoras.

Portanto, a luta pelo meio ambiente e economia sustentável tem sido defendido no Brasil por vários movimentos sociais e políticos, que tem como um dos seus expoentes a ex-senadora Marina Silva, que foi ministra do meio ambiente:

“...com raízes na trajetória de lutas do campo socioambiental, a REDE quer ser ponte entre as demandas por justiça e direitos sociais e humanos e o movimento contra o uso abusivo do ambiente natural, demonstrando que estes são inseparáveis...”⁷

Em suma, ao adotar diversas medidas preventivas, o Brasil se tornou um dos países com a mais avançada legislação ambiental entre 1996-2018, entretanto com o Governo Jair Bolsonaro ocorreu um retrocesso vexatório que lhe valeu críticas internacionais dos mais variados setores.

3 RECICLAGEM, SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

Nessa conjuntura de defesa ambiental a educação da sociedade é muito importante, seja em relação aos adultos por meio de campanhas nos meios de comunicação de massa, assim como dos jovens, com a incorporação de temas ligados à questão da sustentabilidade como conteúdo na educação básica e em diversos cursos do ensino superior, como foi apontado por Pedro Jacobi (1997) ao destacar sua importância no século XXI na promoção da educação para a cidadania.

Apesar dos discursos oficiais desde a redemocratização, quando se acreditava que a educação básica com qualidade seria uma prioridade das camadas dirigentes, verificamos como o tema foi relegado na prática. Quando refletimos sobre a universalização da escola pública no Brasil e os primeiros passos na adoção da jornada de tempo integral, devemos conceber que não seja somente para ampliar a quantidade de horas que o aluno passa na Unidade Escolar, mas também, é imprescindível a qualidade do que é ofertado.

Parece ser óbvio conclamar que expansão e qualificação caminhem em conjunto, entretanto a

⁷ <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Carta-Compromisso-entre-a-REDE-Sustentabilidade-e-o-Movimento-Agora.pdf>. Acesso em 21\06\2020.

história da educação no Brasil demonstra uma trajetória bifurcada, pois a melhoria efetiva da rede como um todo requer investimentos, planejamento, valorização do professor, competência gerencial dos governantes e participação da comunidade.

A formação dos jovens perpassa por diferentes competências e habilidades que incluem não apenas o lado tecnológico e profissional, mas também o desenvolvimento social, convívio e respeito para com o outro. Dessa forma, oficinas e cursos sobre práticas sustentáveis que englobem cozinha, artesanato, jardinagem, construção, cidadania, reciclagem, saúde e separação do lixo são bons exemplos.

De acordo com Maria Helena Sponton (2005) o mundo precisa urgentemente reencontrar a harmonia entre a natureza e a humanidade, nesse aspecto a parte artística tem um papel importante ao sensibilizar pessoas sobre a importância do respeito e da preservação, ou mesmo da recuperação do que já foi destruído.

Acreditamos que cursos itinerantes em toda rede com educadores e artistas, que discutam teoricamente as mazelas do consumismo e do desperdício, e que na prática desenvolvam a sensibilidade artística dos alunos com trabalhos manuais, possam gerar frutos interessantes e contribuir para a formação global.

Sabemos que a reutilização de resíduos recicláveis e a coleta seletiva estão incorporadas nos projetos educacionais e que se tornaram modelos de trabalhos integrados, com exposições, feiras e outras atividades. Entretanto, são exemplos pontuais que ganham em algumas ocasiões prêmios e a cobertura dos meios de comunicação, mas que não representam a realidade das diversas redes estaduais ou municipais “como um todo”.

A educação ambiental e o debate em torno do papel do indivíduo e da sua comunidade, é de acordo com Anna Brasil e Fátima Santos (2007) um assunto candente, pois o lixo é um grande provocador da poluição, já que em função da complexidade das atividades humanas, a produção de lixo tem aumentado assustadoramente, sendo muitas vezes descartado e acumulado no meio ambiente.

O lixo domiciliar é formado por resíduos sólidos como papel, vidro, papelão plástico e principalmente de lixo orgânico, como restos de alimentos que em várias ocasiões são desperdiçados, e não existe um sistema adequado nas cidades brasileiras para atender essa demanda e seu destino final. Os lixões, aterros, incineração ou reciclagem, não conseguem impedir os impactos ambientais ocasionados, por isso, não devemos subestimar a participação do cidadão, mediante coleta seletiva, pois materiais como papéis, vidros, plásticos e metais podem ser usados na reciclagem.

Arte, reciclagem e educação são temas importantes para se trabalhar com as crianças e adolescentes nas escolas, pois a conscientização do seu papel como agente transformador, tende a surtir mais efeito se iniciado nessa fase, como explica Gabriel Chalita (2018) em “Sustentabilidade e vida” voltado para os anos finais do Fundamental I em que estimula a reflexão sobre preservação ambiental.

Quando iniciamos o trabalho de campo era notório que muitos dos projetos realizados no ambiente escolar se deviam as iniciativas individuais, mesmo que os PCNS e as diretrizes curriculares apontassem para a necessidade de propostas coletivas, que abarquem a rede como um todo:

O trabalho pedagógico de valorização da sustentabilidade deve, também, incluir a preocupação com os subprodutos do sistema produtivo, já que na maior parte das vezes suas atividades acabam gerando poluição. É necessário discutir as alternativas regionais e globais de administração dos problemas de poluição e produção de lixo, por serem alguns dos mais graves provocados pela ação do ser humano no meio ambiente. (SEAD. 1998, p 138)

Passados dez anos da pesquisa que resultou no livro “Logística Reversa, Sustentabilidade e Educação” mencionado no começo do texto, devemos reconhecer alguns avanços e iniciativas por parte dos órgãos de educação, em que pese ainda problemas não solucionados. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta em seu Caderno de Meio Ambiente (2022) sugestões no desenvolvimento do espírito crítico dos alunos em relação a utilização dos recursos naturais, atendendo as diretrizes da ONU sobre sustentabilidade ou Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).⁸ O mesmo se aplica as medidas e reformulações curriculares no Estado de São Paulo, também objeto de bastante ressalvas por parte dos professores\professoras e comunidade acadêmica. A Secretaria de Educação (SEESP) disponibiliza para a rede o Currículo em Ação (Inova Educação) e no conteúdo das Eletivas tem entre seus temas a Educação Socioambiental que propõe estudar e conscientizar os discentes sobre o meio ambiente⁹.

No auxílio ao educador, merece menção a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) que é uma agência da ONU e oferece programas para a promoção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Dentre vários ebooks gratuitos, tem um guia sobre mudança climática e estilos de vida publicado no Brasil em 2018 que aborda a questão “jovens, mudanças e meio ambiente”.¹⁰ Outra produção apropriada é “Mudança Climática na sala de aula”, basicamente um curso da UNESCO cujo texto foi organizado por David Shelby (2014) para professores do Ensino Fundamental II e referenciado na bibliografia.

Em suma, podemos afirmar que a crescente difusão de pesquisas teóricas e projetos de intervenção no Brasil pode ser observada nos inúmeros eventos que ocorrem anualmente, como o Congresso Nacional de Educação (CONEDU) cujos anais dispõe de diversos trabalhos em que os objetos\objetivos estudados estão em consonância com os temas desse texto.¹¹

⁸http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_meio_ambiente_consolidado_v_fi_nal_27092022.pdf. Acesso em 21.11.2022

⁹https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/04/PEIS_CE_COMPLETO_Web.pdf Acesso em 12.03.2022

¹⁰ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266237> Acesso em 20.12.2022

¹¹ <https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-v-conedu> Acesso em 18.06.2022

4 ENTREVISTAS COM PROFESSORES E PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na produção desse artigo entrevistamos professores\professoras conforme orientações de José Carlos Sebe Meihy (2005) e recentemente fizemos uma reavaliação utilizando os trabalhos de Meihy e Ribeiro (2021) e Meihy e Seawright (2022). Os colaboradores\colaboradoras são profissionais da rede pública do Estado de São Paulo (SEESP) e da capital paulista que realizam atividades com materiais recicláveis em suas unidades escolares. Apesar do ponto principal do objeto de pesquisa ser as experiências com sustentabilidade e reciclagem em escolas de ensino básico, invariavelmente outras questões, principalmente relacionadas ao cotidiano profissional também foram abordadas.¹²

Ao escolhermos esse tema, sabíamos que reciclagem, sustentabilidade e economia verde se tornaram parte do cotidiano escolar e estamos apontando algumas experiências nas unidades escolares no Estado de São Paulo. Nesse contexto, de acordo com o professor de Educação Artística Anésio Soares que desenvolveu entre 2006 e 2008, diversos trabalhos nas series iniciais do ensino fundamental II, onde utilizava embalagens de produtos para a confecção de brinquedos:

.....com os meninos, utilizamos as embalagens de creme dental para produzir carrinhos, na realidade, aprendi isso quando era criança, mediante um livro de artesanato que ensinava a utilizar esse material que seria descartado como lixo....também com as garrafas de pet ensinei algo bem tradicional, que foi elaborar abajur e outros enfeites para a casa. No final do semestre letivo, fazíamos uma exposição com a produção dos alunos e convidávamos a comunidade... era um trabalho bacana, mas infelizmente, abandonei a escola pública, em virtude dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho.¹³

Francine Silva professora de Geografia na rede estadual na Grande São Paulo, aponta as mesmas dificuldades. Salienta que apesar da distribuição de materiais de consumo pela direção escolar e da existência de um laboratório de informática para utilização com os alunos, existem diversos outros problemas que decorrem da estrutura da rede que acaba afetando a sala de aula.

Na minha experiência nestes vinte e um anos de magistério, confesso que desmotiva muitos colegas, são as condições precárias de trabalho. A rede mudou, infelizmente, para pior. A questão não se resume em comprar material para distribuir aos alunos, livros, apostilas jornais, etc. Na realidade sabemos que isso, beneficia muito mais as empresas que tem contrato com o governo. A educação com qualidade está ligada primordialmente a um profissional motivado. Poderiam oferecer aos professores da rede, alguns benefícios que são oferecidos aos professores da USP. Como tempo para pesquisa ou congressos, e parte da carga horária ser dedicada a isso, para trazer ao aluno, novidades. Mas, com este salário ridículo e com tantas turmas, é impossível um trabalho com qualidade. O que sobra é remediar a situação, aqui na escola fazemos atividades sobre coleta e reciclagem, assim como discutimos a questão da sustentabilidade nas aulas de geografia.¹⁴

¹² As entrevistas realizadas entre 2012 e 2016 neste projeto foram consentidas para divulgação pública e nesse texto, foram acrescentadas três, que na época ainda não tínhamos o aval dos colaboradores. A identificação dos professores(as) foi mantida, entretanto como não contatamos as escolas, não temos a permissão por parte da gestão escolar de citar nominalmente cada unidade, assim optamos por identificar apenas o bairro ou cidade localizada.

¹³ Entrevista concedida ao autor em junho de 2015

¹⁴ Entrevista concedida ao autor em março de 2015

Na entrevista de José Carlos Medeiros, professor de Geografia no bairro do Imirim (zona norte da capital paulista) foi ressaltada sua simpatia na juventude pelo Partido Verde e a ligação com os projetos que desenvolveu em escolas públicas e particulares:

Quando me formei em Geografia na PUC-SP tinha ligação com o Partido Verde, que na época contava em seus quadros com figuras históricas da política e artistas como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Carlos Minc e Lucélia Santos. Muitos pensavam ser coisa de bicho grilo. Ao começar a lecionar em 1991 aproveitei para realizar projetos com conotação política e ambiental. Os alunos participavam ativamente. Anualmente propagava a importância da coleta seletiva e recolha de embalagens recicláveis, aproveitava para elaborar um jornalzinho escolar sobre o perigo da poluição e desmatamento utilizando o Laboratório de Informática. Em 2011 quando fui readaptado por questões de saúde, diminuí um pouco o ritmo. A escola pública tem ótimos professores, mas falta valorização da categoria e isso reflete na produtividade, pois para sobrevivermos trabalhamos em duas ou três escolas. É irônico ouvirmos os deputados da ALESP afirmarem que necessitam de salário adequado para poder exercer com dignidade a função. Repare que a cada eleição, sempre votam em causa própria – já o professor tem que trabalhar por amor a profissão. Bastante injusto, pois ambos - isso é, todos trabalhadores- merecem o reconhecimento econômico mediante um salário compatível.¹⁵

A professora Jussara Rodrigues (formada em Educação Artística e pós-graduação em Letras) desenvolve diversos trabalhos em artes, utilizando os recursos de informática nos laboratórios, destacou algumas questões semelhantes.

Você não vê um professor da USP fazendo curso de capacitação exigido pela reitoria. Isso, porque ele está se capacitando na leitura, congresso, produção ou troca de experiência. Isso é possível, porque ele tem condições de trabalho, sua carga horária permite um tempo livre, para que se dedique a sua formação continuada. Por outro lado, é algo dolorido. A escola pública atende a população mais pobre, as condições são precárias, tanto para o professor quanto para os alunos. A universidade pública atende majoritariamente, alunos oriundos de escolas particulares. Graças aos programas do governo do PT, como cotas e bolsas, tornou-se possível o ingresso de pessoas de classe desfavorecida no ensino superior. Entretanto, são as instituições privadas que abrigam os alunos pobres, e raramente se comparam com as instituições públicas no tocante a qualidade dos cursos. Ou seja, a boa educação no Brasil, é um privilégio para poucos, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Em algumas escolas foi possível fazer projetos interdisciplinares, no meu caso específico, como gosto de plantas participei com alunos na criação de hortas, e a produção de textos nas aulas de redação sobre os problemas ambientais do país e principalmente da poluição nos centros urbanos.¹⁶

Também com formação em História e Educação Artística, Fatima Souza (em processo de aposentadoria em 2015) se lamentou que seja uma das últimas concursadas na área de Educação Artística na SEESP, fato que dificulta a troca de ideias dentre os docentes e que demonstra a falta de visão estratégica do poder público, especificamente o governo do Estado de São Paulo:

Infelizmente a questão da arte é pouco valorizada no currículo escolar, estamos no século XXI onde imaginávamos que os alunos deveriam ter uma formação completa, que abarcasse não apenas o raciocínio lógico, mas também sua sensibilidade. Mas, o que podemos esperar de um grupo político (PSDB) que se encontram tanto tempo no poder e que não estabeleceram a educação como um projeto de Estado?

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em novembro 2015

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em agosto de 2014

Quando comecei a lecionar, as escolas estaduais tinham até laboratórios para arte e ferramentas elétricas, podíamos desenvolver diversos tipos de trabalho. Hoje, com toda importância da discussão sobre sustentabilidade, percebemos o quanto estamos longe da demanda social.

Realizo alguns projetos muito tímidos, dentro daquilo que poderia ser desenvolvido. Imagina, o quanto existe de empresas cooperadas de reciclagem espalhadas pela cidade que serviriam de um grande laboratório. Mas, falta uma coordenação maior entre as escolas e as diretorias de ensino.¹⁷

De maneira semelhante, o professor Márcio Bermutes (História) identifica as deficiências inerentes no desenvolvimento de projetos nas unidades escolares, mesmo que realize feiras e atividades interessantes, lastima que seja um procedimento individual e não um trabalho coletivo coordenado pelas diretorias de ensino:

Como leciono em uma escola em tempo integral na zona sul, consigo ficar mais tempo na unidade e integrar alguns alunos em propostas de conscientização. Uma delas, é a coleta seletiva, com a ajuda dos grêmios e outros interessados, fazemos diariamente a recolha de objetos jogados no chão e conversamos com os alunos, para alocar cada lixo, em seu lugar.

Em parceria com os professores de filosofia e geografia, já que é uma escola de ensino médio, conversamos sobre a importância de hortas solidárias, isso é, temos uma horta escolar e ensinamos os alunos a plantarem em suas casas, nos espaços possíveis hortaliças e legumes para consumo. Outro destaque que posso comentar com orgulho, é a recolha de latinhas e caixotes para produção de artesanato. Mas, isso se deve a minha esposa, que tem um atelier e as vezes me ajuda para disseminação na escola, como voluntária.¹⁸

Essa situação foi questionada por Ana Paula Fiore (Língua Portuguesa em uma unidade estadual em Santo André) que desenvolve trabalhos nas escolas e com seus netos, incentivando a criação de brinquedos com material reciclado e a coleta seletiva:

Quando era adolescente aprendi muito com papai que era uma pessoa com muitas habilidades manuais. Produzia no seu atelier peças artesanais como uma atividade lúdica. Isso me incentivou a cursar artes e letras. Tínhamos livros de marcenaria\artesanato e como reaproveitar vários objetos de uso cotidiano.

Quando me tornei professora, continuei a utilizar os ensinamentos e aperfeiçoar, isso com os jovens do antigo ginásio (Fundamental II) que se divertiam nas aulas. Fazíamos até exposição para os outros alunos e uma competição dos melhores inventos. Junto com tudo isso, íamos conversando sobre a necessidade de preservação ambiental e reciclagem. Tinha um colega, o Professor Osvaldo que tocava violão, então ficava criando musiquinhas para descrever cada produção ou o conjunto delas. As vezes conversávamos de fazermos um livro simples com isso. E claro, quando fiz minha pós graduação em Educação, optei por usar toda essa bagagem no TCC. Hoje, encontro tempo nas aulas de Língua Portuguesa em buscar parcerias interdisciplinares com Educação Física, Geografia e Ciências da Natureza articulando temas de sustentabilidade com a produção de textos. Treinamos redação e escrita com receitas culinárias que tenham caráter sustentável.¹⁹

A educadora Maristela Bianchine (Biologia) mencionou as atividades desenvolvidas nos conteúdos de ciências em uma unidade na região dos jardins. Ainda conversou sobre o processo de ocupação²⁰ que estava ocorrendo em diversas escolas estaduais:

¹⁷ Entrevista concedida ao autor em junho de 2015

¹⁸ Entrevista ao autor em março de 2016

¹⁹ Entrevista ao autor concedida em novembro de 2015

²⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448630770_932542.html. Acesso em 23.08.2017

Eu e a professora Márcia somos parceiras. Vamos ao cinema, exposições e viagens e assim, natural que na escola, também tenhamos diversos trabalhos conjuntos. Em Biologia (Médio) e Ciências (Fundamental II) procurei ao longo dos anos, desenvolver atividades que abordem questões ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade dentro da realidade do aluno. Incentivamos que produzam pequenos projetos de intervenção na casa, bairro ou escola, assim como na produção de uma horta e na manutenção de coleta seletiva.

Sabemos que a educação pública passa por um momento de descrédito, mas veja bem, na escola em que trabalho, muitos alunos aderiram ao movimento de ocupação contra as medidas atabalhoadas do governo do PSDB. Então, temos esperança na politização dos jovens e na luta pelo meio ambiente. Aqui, temos um público bastante interessante e contamos com forte apoio das associações de bairros e dos pais de alunos. Utilizamos espaços de teatro e sala de cinema escolar para ampliar nossos projetos.²¹

Esses pequenos exemplos fazem parte de uma teia que pode colaborar na formação de nossos alunos, aproveitando experiências sociais que fazem parte de algum modo, de seu universo, valorizando trabalhos manuais, ideias simples e inovadoras, que podem ser desenvolvidas no contexto escolar, apontando que a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte do meio ambiente e por consequência da própria humanidade. E que a educação básica deva ser uma política pública encabeçada efetivamente pelo Governo Federal, e não apenas em intervenções regionais ou paliativas. Ao mesmo tempo, cabe aos gestores nos municípios e estados práticas que possibilitem planos de carreira dignos aos docentes e infraestrutura adequada das unidades escolares, pois para se ter qualidade é necessário investimentos humanos e materiais.

Podemos sugerir alguns trabalhos que refletem sobre as questões abordadas neste pequeno texto, como Brando e Martins (2021), Dourado, Belizário e Paulino (2015) e Maria Henriqueta et alii (2015) sobre políticas públicas e projetos nas escolas, que se completam com Artur Zimerman e Ana Dietrich (2017) com o livro intitulado “Novas abordagens de políticas públicas no Brasil” que traçam interessantes itinerários. Também merecem atenção sobre Educação Ambiental e Direitos Humanos as coletâneas organizadas respectivamente por Wardison Silva (2019), Rodrigues e Carvalho (2016) e Loureiro, Layrargues e Castro (2015) que se encontram na bibliografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as entrevistas realizadas podemos presumir que as escolas públicas ainda carecem de melhorias globais e não apenas pontuais, inviabilizando que trabalhos interessantes sejam desenvolvidos em todo sistema. Ressaltamos que nossa proposta é justamente isso, refletirmos sobre a importância de trazermos para as escolas palestras e cursos de capacitação para os discentes e a comunidade, de forma sistemática e como parte de um currículo com conteúdo verdadeiramente optativo.

A sociedade deve entender que a educação não pode ser uma mercadoria para empresários de grandes corporações privadas, mas, também não deve se resumir as eternas promessas de campanha política. A luta contra a pobreza e a desigualdade se conecta a alguns ingredientes como programas de

²¹ Entrevista concedida ao autor em abril de 2016

inclusão social, saúde, saneamento básico, segurança, empregos formais, defesa do meio ambiente, crescimento econômico e obviamente educação pública de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- BRANDO, Fernanda da Rocha e MARTINS, Giselle Alves (org). *Educação para a sustentabilidade: diálogos interdisciplinares*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2021
- BRASIL, Anna Maria e SANTOS, Fátima. *Equilíbrio ambiental & resíduos na sociedade moderna*. São Paulo: Editora FAARTE, 2007.
- CARDOSO, Fatima. *Efeito Estufa*. SP: Albatroz, Loqui e Terceiro Nome, 2006.
- CATAPAN, A. *Discussões sobre os conceitos de sustentabilidade e seus pilares*. Latin American Journal of Development, v. 2, n. 6, p. 410-416, 28 Jan. 2021.
- CATAPAN, Dariane Cristina (org). *Contribuições contemporâneas voltadas para Educação*. São José dos Pinhais: Latin American Publicações, 2022.
- CHALITA, Gabriel. *Sustentabilidade e vida*. SP: FTD Educação, 2018.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2004.
- DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda e PAULINO, Alciana. *Escolas Sustentáveis*. SP: Oficina de Textos, 2015
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. RJ: Nova Cultural, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HENRIQUETA, Maria; RAYMUNDO, Andrade; BRIANEZI, Thais e SORRENTINO, Marcos (orgs). *Como construir Políticas Públicas de Educação Ambiental*. São Carlos: Diagrama, 2015
- JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- JOINHAS, SALUN, SANTOS e SILVA. *Logística Reversa, sustentabilidade e educação*. SP: Todas as Musas, 2013.
- LOUREIRO, Carlos, LAYRARGUES, Philippe e CASTRO, Ronaldo (org). *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. SP: Editora Cortez, 2015.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e RIBEIRO, Suzana Salgado. *Guia prático de História Oral*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: A História Oral aplicada*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. SP: Edições Loyola, 2005.
- MONTEIRO, Solange Aparecida (org). *A Problemática da Política Social*. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.
- PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998.
- PELICIONI, Andrea Focesi. Movimento ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI Jr, Arlindo e PELICIONI, Maria C. Focesi (org). *Educação ambiental e sustentabilidade*. Barueri: Editora Manole, 2005.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, Quaiati e CARVALHO, Milena. *Práticas de educação ambiental: metodologia de projetos*. Curitiba: Editora Appris, 2016

SALUN, Alfredo Oscar. *Arte e Reciclagem: diálogos com a Educação Básica*. Latin American Journal of Development, v. 4, n. 1, p. 167-176, Jan\Feb. 2022.

SANTOS, Alexandre L. Borges (org). *Educação: as principais abordagens dessa área*. Curitiba: Editora Seven Events, 2022.

SATO, Michele e CARVALHO, Isabel (org). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Potro Alegre: Artmed, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA. *Cadernos SEAD: Meio Ambiente*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SHELBY, David. *Mudança Climática na sala de aula*. Brasília: UNESCO, 2014

SILVA, Antonio Wardison (org). *Educação Ambiental, Étnico-racial e em Direitos Humanos*. Americana: Editora Adonis, 2019.

SPOTON, Maria Helena. A arte com fator de inclusão. In: PHILIPPI Jr, Arlindo e PELICIONI, Maria C. Focesi (org). *Educação ambiental e sustentabilidade*. Barueri: Editora Manole, 2005.

SOARES, Daniely, SILVA, Fredson e COSTA, Hilton. *A importância da educação Ambiental na escola: reciclar para preservar no Brasil*. Revista DELOS, Vol 13 Nº 37 (diciembre 2020). Disponível in: <https://www.eumed.net/es/revistas/delos/vol-13-no-37-diciembre-2020/educacao-ambiental-escola>
Acesso em 12.12.2022

TAJIRI, CAVALCANTI e POTENZA. *Habitação Sustentável. Cadernos de Educação Ambiental*. V9. Secretaria do Meio Ambiente\Coordenadoria de Planejamento Ambiental de São Paulo. SMA\CPLA, 2011.

ZIMERMAN, Artur e DIETRICH, Ana (Org). *Novas abordagens das políticas públicas no Brasil*. Santo André. Ed.UFABC, 2017.